

CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DO RIO GRANDE DO NORTE (1920)

Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes
Mestranda em Educação

Universidade Federal do Rio Grande do Norte|UFRN
amandavitoria_alves@hotmail.com

Marlúcia Menezes de Paiva
Docente do Programa de Pós Graduação em Educação
Universidade Federal do Rio Grande do Norte|UFRN
mmarlupaiva3@gmail.com

Palavras Iniciais

O trabalho é vinculado à linha de pesquisa Educação, Estudos Socio-históricos e Filosóficos do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, tem o objetivo de compreender, em partes, o processo educacional de criação da Associação de Professores do Rio Grande do Norte/APRN na década de 1920 em Natal/RN. Esse estudo, emerge como parte dos resultados de pesquisas realizadas no período da Graduação em Pedagogia, mais propriamente, na iniciação científica no campo da História da Educação.

A escolha do objeto de pesquisa que trata esse artigo, se deu pela necessidade de apresentar, mesmo que de maneira ligeira, a história de uma instituição que agrupou profissionais do magistério em torno de discussões sobre o ensino, num período emergente na educação, no âmbito local e nacional.

Para a realização desse estudo, fizemos pesquisas nos acervos do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Rio Grande do Norte/ SINTE-RN, no acervo da Biblioteca Central Zila Mamede da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Sociais Aplicadas/CCSA e em acervos particulares de pesquisadores locais. Neles encontramos livros de professores que atuaram na referida Associação, impressos periódicos também produzidos pelos

professores dessa instituição, além de trabalhos acadêmicos já concluídos que faziam alguma referência ao objeto dessa pesquisa.

Nosso fundamento teórico e metodológico baseia-se nos pressupostos da História Cultural. Nessa perspectiva, toda atividade humana participa do processo de construção social e cultural. As memórias individuais e coletivas, dos grupos sociais e instituições educacionais dizem a respeito de uma realidade; nela a distinção do que é central e do que é periférico é destruída, possibilitando participação dos sujeitos na construção de determinada realidade social (BURKE 1992).

Sendo assim, sua função primordial é identificar a maneira de como em lugares distintos e momentos diferentes, uma realidade social é construída, refletida e posta à leitura. Essa tarefa exige do historiador classificações e divisões, que organizem a compreensão do mundo social e que ajudem na percepção e apropriação do real. Esses esquemas intelectuais, possibilitam sentido ao presente, torna o outro inteligível e os espaços decifráveis (CHARTIER, 1990).

Além de exprimir nos detalhes, a não neutralidade dos discursos sociais. Os quais representam um grupo, produzem estratégias e práticas, que de alguma maneira, impõe suas ideias, e desvalorizam outras, as quais julgam desnecessárias ao conhecimento desse. Por esse modo operante, as representações sociais são tão fundamentais, quanto lutas de cunho econômico, por exemplo, pois permitem a compreensão de mecanismos pelos quais uma instituição, impõe ou tenta impor a sua concepção do mundo social, seus valores e domínios.

O processo político e educacional que gerou a criação da Associação de Professores do Rio Grande do Norte, expressa as lutas por representações de um determinado grupo: um grupo de professores, recém formados, que discutiam educação e ensino em um contexto onde a profissão docente ganhava um status de profissão, (MORAIS; SILVA, 2009) (embora, também acreditem que o ofício do professor assemelhava-se ao de um sacerdote, um ato messiânico e redentor). Esses traziam consigo as apropriações que tinham a respeito do campo educacional e objetivavam, impor de alguma maneira, essas representações.

No mais, a historiografia da educação apresenta fatores a nível nacional, que podem justificar essa movimentação de união por parte dos professores, em relação o

campo educacional do estado do RN. Tornou-se um assunto interessante não somente para os envolvidos com a educação, mas para os governantes estaduais, considerando a grande ênfase dada à educação, por parte dos poderes públicos com o advento da República. O investimento em professores e numa escolarização moderna significava um avanço nacional, afim de colocar o Brasil no caminho das grandes nações. (NAGLE,1976)

Desta feita, será evidenciado o processo de como se deu a criação de uma Associação fundada e liderada por profissionais do magistério no início do século XX, para isso questionamos: porque a APRN foi criada? Quais eram seus objetivos? Como foi Organizada no período de sua fundação?

Criação da Associação dos Professores do Rio Grande do Norte

Com a reabertura da Escola Normal de Natal (Instituição que formava professores primários) pelo Decreto n. 178, de 29 de abril de 1908, e por algumas leis que regulamentavam a profissão docente, o magistério começava a ganhar apoio e força do poder público para seguir em frente. Como nos apresenta Moraes e Silva (2009) as reformas de ensino e a criação dos Grupos Escolares oriundos dos moldes republicanos, permitiram aos recém normalistas, a prática sistematizada dos conhecimentos pedagógicos nos Grupos Escolares e demais instituições de ensino.

Por meio das oportunidades que emergiram no contexto educacional da época (1908-1920), houve um aumento do número de professores no estado. Enquanto, nas primeiras instalações da Escola Normal de Natal (1873-1901) até cinco alunos se formaram, tornando-se professores, a partir de 1908 (início da periodização mais duradoura da Escola Normal), dezenas de normalistas se formaram, aumentando, conseqüentemente, o número de professores em campo.

Todavia, por mais que o magistério estivesse ganhado um teor profissional, os próprios professores consideravam seu trabalho como o de um missionário, seu propósito era o ensino, o resgate, através da educação, das novas gerações. Isso é observável nos discursos dos professores, a exemplo do professor Oscar Wanderley,

orador da APRN, na década de 1920, no discurso de inauguração do Grupo Escolar Antônio de Souza.

A missão do mestre, ou antes, a vossa missão, não é simplesmente exibir o verbalismo dos conhecimentos que trouxestes da sequencia do vosso curso normal; é, sobre tudo, formar espíritos (...) Velai-lhes a brancura da pureza d'alma e sêde, para a honra do vosso sacerdócio, os afetivos jardineiros dessas flores humanas. (CAVALCANTE, 1999, p. 47)

As mulheres, nesse contexto das primeiras décadas do século XX, eram influenciadas pelas ideias do celibato pedagógico, que defendia o magistério como ato de dedicação mais que sacerdotal, deveriam escolher o trabalho ou a formação de uma família, as duas escolhas não podiam acontecer simultaneamente. Segundo Ribeiro (2003), os republicanos com o intuito de modernizar a sociedade por meio da educação, através dos ideais filosóficos e sociais do positivismo, viam na mulher um elemento chave para a disseminação de seus princípios no âmbito escolar. O magistério para as mulheres, em especial, deveria ser admitido como uma missão, onde a questão salarial não deveria ser central. Sua natureza materna seria uma base de sustentação do lar e a educadora bondosa das gerações futuras.

O fato de serem vistos como sacerdotes do magistério, exigia dos professores regras e um comportamento que estivesse além do ato de ensinar. Os educadores deveriam ser exemplos de bons padrões morais, comportamentos irrepreensíveis para que sua imagem fosse referência de seriedade e comprometimento.

Com o aumento do número de professores no estado a partir da década de 1910, alguns deles a exemplo de Anfilóquio Câmara, Francisco Ivo Cavalcante, Luiz Soares, Julia Alves Barbosa e Oscar Wanderley, iniciaram a liderança do movimento de professores nos seus primeiros anos de existência. Em 4 de dezembro de 1920 é criada a Associação dos Professores do Rio Grande do Norte/APRN. Vale ressaltar que essa data foi escolhida para ser a inauguração, por ser a mesma que havia prestigiado a formatura da primeira turma (com mais de vinte alunos) da Escola Normal de Natal (1910).

Em meio aos discursos que costumam ocorrer em ocasiões como essas, um dos convidados a se pronunciar foi o professor Nestor dos Santos Lima. Na sua fala, lembrou que precisamente dez anos antes ocorria, nesse mesmo local, a cerimônia de diplomação da primeira turma de professores do Estado (27, ao todo) formados pela

Escola Normal de Natal, razão pela qual essa data foi escolhida para fundação da entidade. (PEDAGOGIUM, 1921)

Sua instalação ocorreu no salão nobre do Palácio do governo em uma sessão solene e bastante pomposa, com a presença de várias autoridades educacionais e políticas a exemplo do governador do estado, no período de fundação da instituição.

O salão nobre, deslumbrante de luz, a assistência numerosa, onde figuravam os mais elevados representantes do ensino e pessoas do maior destaque na sociedade, davam á festa um tom de espiritualidade que se acentuou ainda mais no decorrer da sessão. (DUARTE, 1985, p. 17)

Constatamos que no período de fundação, Antônio de Souza era governador do estado. No momento de inauguração ele assumiu a direção da reunião, convidou Manuel Dantas, Diretor da Instrução Pública e o Professor Nestor Lima, então Diretor da Escola Normal de Natal-RN, para estarem na mesa diretora. Após a declaração de instalação da Associação de Professores do Rio Grande do Norte, foi composta uma comissão pelos professores Anfilóquio Câmara, Luís Antônio, Luiz Soares, Júlia Alves Barbosa, para a feitura do projeto de estatutos.

Foi acordado que a Associação de Professores do RN seria dirigida por um Conselho Diretor composto por um presidente, dois secretários, um orador, um tesoureiro e um bibliotecário, todos eleitos em Assembleia Geral, que duraria por um ano, com direito a reeleição, no todo ou em parte (PEDAGOGIUM, 1921).

Criada em 1920, a APRN estava entre as agremiações de professores mais antigas do Brasil, a historiografia da Educação menciona poucas entidades até o período. Em 1879, no estado de Pernambuco é registrada a atuação de um grupo de Professores Primários, que tinham o objetivo de contribuir para instrução de seus associados, cuidar dos interesses da classe e promover o melhoramento do ensino público. No Estado de São Paulo, em 1901 é mencionada a Associação Beneficente do Professorado Público, que era uma reunião para professores e professoras, a fim de elevar a moral e intelectualidade do professorado público do estado, assim como melhorar as condições de trabalho da classe (CAVALCANTE, 1999).

Também é mencionada uma agremiação no Paraná, em 1906 e possivelmente, nos estados do Pará, Santa Catarina e Rio de Janeiro. Há possibilidades de terem sido

criadas após o surgimento da APRN ou no mesmo período, pois alguns registros, nos permitem saber da possível existência de tais entidades (PEDAGOGIUM, 1925).

Na década de 1920, a historiografia também registra momentos em que as entidades de professores participaram de movimentos de renovação educacional, realizados nas maiores cidades do país. Os ideais que baseavam o cerne desse desejo de renovo no campo da educação, estavam relacionados à: adaptação do sistema escolar às demandas da nova sociedade que era gerada naquele contexto; a valorização da cultura europeia e americana na educação brasileira e a unificação do sistema educacional por uma política a ser efetivada pelas elites governantes. (NAGLE, 1976).

Para que essas ideias fossem postas em prática, foram realizadas reformas no campo da educação e palestras em alguns estados do país. Nesse período, a Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada no Rio de Janeiro, em 1924, auxiliou no desenrolar das atividades, como menciona Fernando de Azevedo (AZEVEDO, 1944).

Carvalho (1998) escreve a respeito da ABE e ressalva a significância do trabalho da referida, para intensificação desses movimentos desenvolvidos pelo Brasil, mas ressalta, as intenções políticas e elitistas por trás da criação de “poder transformador da educação”.

A imagem romântica que envolvia a instituição serviu também para a disseminação de ideais e práticas educacionais que almejavam o controle social. As propostas da ABE retratam o povo brasileiro como doente, estúpido, sujo e degenerado, e assim se justifica o estabelecimento de modelos excludentes e práticas autoritárias. Neste contexto, a educação deixa de ser um direito popular para ser um dever, já que traz a esse povo inculto e incivilizado a sua salvação enquanto nação. (CARVALHO, 1998, p. 132)

Podemos observar que a ABE não tinha interesses em beneficiar social e economicamente as camadas populares, seu discurso não pretendia disseminar possibilidades de ascensão social por meio de uma educação de qualidade, mas, reprimir e controlar o povo. Em se tratando do estado do Rio Grande do Norte, ao contrário da ABE, a APRN foi criada com intuito de defender a classe dos professores e combater ao analfabetismo no estado, pretensões estas, mais assistenciais.

A entidade tinha por primeiro objetivo criar escolas e defender o ensino público, gratuito, leigo, misto relacionado à vida e ao trabalho. Desta maneira, os professores acreditavam contribuir para formação da nacionalidade brasileira e para construção de

uma nova sociedade. Conforme aponta Cavalcante (1999. p. 3) “Esse programa abrangeria todo o estado, embora com maior concentração na capital.” O segundo objetivo era defender os interesses da categoria. Como nos apresenta Cavalcante.

A tentativa de mobilizar a sociedade e os governantes para maior efetividade desse movimento educacional; a atuação, tendo em vista o exercício da profissão docente em outros estados do país; por último, a assistência financeira a ser prestada aos professores e seus familiares, através de Caixas de auxílio mútuo.



Imagem 1. Fachada da APRN.

A APRN, inicialmente funcionou na Rua Jundiaí, no mesmo prédio do Grupo Escolar Antônio de Souza, instituição escolar criada pela Associação de Professores, em 1923. Após alguns anos, ela mudou sua sede para um prédio na Avenida Rio Branco no bairro da Cidade Alta em Natal/RN, a partir de 1942. Vale ressaltar que o prédio ainda existe e sofreu pequenas alterações, mas atualmente é o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Rio Grande do Norte que está nesse local.

Organização da Associação de Professores

Os Conselhos Diretores ou Diretorias, eram eleitos em Assembleia Geral, de acordo com as normas do estatuto da entidade. A APRN era constituída pela sociedade

civil, de adesão voluntária, apartidária, reuniu professores e outros interessados em defender a questão educacional. Esses sujeitos ao se tornarem membros dessa sociedade, ocupavam uma das seguintes categorias de sócios, sob critérios os quais se encontrassem no momento, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1. Quadro de Sócios da APRN.

Fundadores	Professores primários diplomados pela Escola Normal do Estado, de 1910 a 1920;
Efetivos	Categoria onde estava incluído todo e qualquer professor da rede pública ou privada do Estado;
Benfeitores	Pessoas que fizessem à Associação donativos iguais ou superiores a duzentos mil réis;
Beneméritos	Pessoas que prestassem importantes serviços à entidade ou à causa educacional;
Correspondentes	Professores que residissem em outros estados e desejassem fazer parte dessa sociedade;
Honorários	Pessoas que tivessem prestado serviços relevantes às letras, às artes, à categoria dos professores ou à educação.

Podemos observar que os sócios benfeitores, beneméritos e honorários poderiam ser pessoas de outras áreas profissionais. Como aponta Duarte (1985, p. 24) “os sócios benfeitores, beneméritos e honorários podem ser pessoas estranhas ao magistério, contanto que sejam conceituadas e tenham posição social”. Para eles se tornarem membros da Associação de Professores, deveriam ser aceitos pela Assembleia Geral.

A maioria dos sócios que participavam da APRN que não pertencessem a classe de professores eram intelectuais influentes em outras instituições, a exemplo de médicos, advogados e políticos. Essa questão facilita o entendimento que a elite intelectual e social da cidade estava presente nas reuniões e que as causas defendidas pelos professores, receberam apoio das pessoas influentes do RN.

Para serem eleitos nos cargos da instituição, os sócios deveriam ser sócios fundadores ou efetivos, esses poderiam votar e serem votados em ocasião. Além dos presidentes eleitos em Assembleia Geral, a APRN, tinha uma Presidência de Honra, como destaca Cavalcante:

A APRN tinha também uma Presidência de Honra, composta de um presidente, o governador do estado; e três vice-presidentes: o Diretor Geral da Instrução Pública e os diretores da Escola Normal de Natal e do Atheneu Norte rio-grandese, principais instituições de ensino (nível médio) existentes no estado, naquele momento. (CAVALCANTE, 1999, p. 10)

Além disso, pudemos compreender que eles apregoavam o ideário da educação moderna, por meio de novos métodos de ensino e ideias que caracterizavam a república brasileira que se formava, onde a educação era primazia. Também constatamos que na Associação eram proibidas discussões religiosas e políticas, pois pretendia debater somente assuntos relacionados aos seus objetivos: o ensino e as causas docentes (PEDAGOGIUM, 1921).

Mas a relação com os políticos, especialmente nesses primeiros anos de funcionamento, era quase indissociável, considerando que o governador do estado era um presidente de honra, influenciando diretamente nas discussões, projetos e apoio dos líderes do movimento, que por sua vez influenciava os demais sócios professores. Ou seja, havia uma relação de interdependência com os governantes, o que possibilitava a falta de emancipação dos professores daquele período.

Considerações Finais

O estudo a respeito da criação da Associação de Professores do Rio Grande do Norte, possibilitou trazer uma parte da história da trajetória de uma instituição que agrupou os docentes do estado. Através das pesquisas, pudemos observar que essa instituição desempenhou papel preponderante para o professorado Norte rio-grandense, uma vez que suas iniciativas, possibilitaram a categoria reconhecimento por parte da sociedade, por meio da instrução de gerações.

As transformações do contexto educacional percebidas ao longo do tempo, considerando que ela existiu até 1988, não diminuíram o desejo pela melhoria da

educação no nosso território estadual, por mais que as mudanças políticas, sociais e econômicas ocorressem, como ocorreu, o ideal de batalhar pela educação e as causas docentes perpassou décadas e gerações, e no presente ainda continua imperando na história dessas entidades.

Percebemos com esse estudo, que muito ainda precisa ser feito para se conhecer melhor a trajetória da instituição estudada, assim como dos docentes que faziam parte dela e outras instituições a ela, ligadas. Essa é uma pesquisa que suscita muitas outras, externalizamos o desejo de continuarmos a investigar fragmentos da história da APRN, que de maneira clara nos mostrou novos objetos de estudo. A pesquisa em história da educação Norte rio-grandense está em amplo crescimento, mas ainda precisamos avançar, é necessário apoio público para o melhoramento dos acervos públicos e incentivo a preservação de documentos que narram à história educacional do estado.

Referências

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 2. ed. Companhia editora nacional. São Paulo-Rio de Janeiro-Recife, Bahia, Pará-Porto Alegre, 1944.

BURKE, Peter. **A Escrita da História**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. **Molde Nacional e Forma Cívica**. São Paulo: Edusf, 1998.

CAVALTANTE, Francisca Wilma. **Associação de Professores do Rio Grande do Norte**: a missão de educar (1920-1933). Natal, 1999.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

DUARTE, Jose Horaldo Teixeira. **História da Associação dos Professores do Rio Grande do Norte**. Natal: Companhia Editora do Rio Grande do Norte, 1985.200p.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. SILVA, Francinaide de Lima. **História da Profissão Docente em Natal/RN (1908-1920)**. Revista Diálogo educ. Curitiba, v. 9, n. 27, p. 267-278, maio/ago. 2009.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 1976.

PEDAGOGIUM. Revista Oficial da Associação de Professores. Natal: Empresa tipográfica natalense, 1921-1925.